

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

CELITA RAMOS ATAÍDE

MARIA MADALENA DA COSTA TAVARES

WILMA SIVA DOS SANTOS

**“OS TEMPOS INSANOS”, DE FERNANDO CANTO, COMO
ALEGORIA POLÍTICA DO BRASIL BOLSONARISTA**

MACAPÁ, 2019

CELITA RAMOS ATAÍDE

MARIA MADALENA DA COSTA TAVARES

WILMA SILVA DOS SANTOS

**“OS TEMPOS INSANOS”, DE FERNANDO CANTO, COMO
ALEGORIA POLÍTICA DO BRASIL BOLSONARISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras/PARFOR, do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Federal do Amapá, como requisito de nota da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III.

Orientador: Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas

MACAPÁ

2019

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma leitura do Brasil no período de ascensão do discurso que levou Jair Bolsonaro à presidência da república nas eleições de 2018, a partir da narrativa do conto “Os tempos insanos”, do escritor paraense, mas radicado no Amapá, Fernando Canto. Publicado em 1995, no livro *O Bálsamo e outros contos insanos*, o referido conto recupera o contexto do período da ditadura militar no Brasil cerca de dez anos depois do movimento das Diretas Já (1984), que marcaria o fim dos governos militares desde o golpe de 1964, mas também pode ser lido como alegoria do ambiente que determinou a ascensão de ideias de extrema direita, caras ao atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Nesse sentido, para além de ser um conto que faz alusão ao golpe militar de 1964 no Brasil, “Os tempos insanos”, através do conteúdo das cartas que formatam essa narrativa, servem de chave de leitura e interpretação para o quadro atual da política brasileira, que tem imposto, dentre outras medidas e ideias, formas administrativas mais próximas de um estado teocrático baseado em normas morais e moralizantes (perigosa mistura de ideias fundamentalistas e militaristas) do que de um estado laico, como prega a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Brasil; Política; “Tempos Insanos”.

ABSTRACT

This article intends to make a reading of Brazil in the period of the rise of Jair Bolsonaro's speech to the presidency of the republic in the 2018 elections, based on the narrative of the short story "Os tempos insanos", by the writer from Pará but based in Amapa, Fernando Canto. Published in 1995, in the book *O Bálsamo e outros cantos insanos*, this tale recalls the context of the military dictatorship in Brazil around ten years after the “Diretas Já” (1984) movement, marking the end of military governments since the 1964, but can also be read as allegory of the environment that determined the rise of extreme right-wing ideas facing current Brazilian President Jair Bolsonaro. In this sense, in addition to being a tale that alludes to the military coup of 1964 in Brazil, "Os tempos insanos", through the content of the letters that form this narrative, serve as a key to reading and interpretation for the current framework of Brazilian politics, which has imposed, among other measures and ideas, administrative forms closer to a theocratic state based on moral and moralizing norms (a dangerous mixture of fundamentalist and militarist ideas) than from a secular state, as the 1988 Federal Constitution preaches.

Key-Words: Brazil; Policy; “Tempos Insanos”.

Introdução

Uma questão fundamental que se deve colocar na leitura do conto “Os tempos Insanos”, de Fernando Canto (1994), é acerca da comunicação. Isso porque a narrativa só é possível por conta da necessidade de revelação que existe entre o narrador e o personagem Mundico – receptor do relato das experiências (que se dá apenas por meio de cartas) – sobre o estado das coisas em um contexto de cerceamento de liberdades civis. “Os tempos insanos” é, portanto, fruto do exercício de escritura de uma carta – que é sempre interrompida e retomada – que se desdobra em nove “cartas”, as quais tecem o fio narrativo como documentos de seu tempo histórico. Ali, o narrador pinta um quadro tenebroso e ameaçador sobre o espaço do qual se fala (a cidade de Belém, na época do Círio de Nazaré – uma das maiores festas religiosas do Brasil), considerando uma sociedade de controle que busca na religião um método eficaz de manutenção do poder nas mãos de uma elite política e econômica.

O conteúdo das cartas que compõem a narrativa de Fernando Canto serve de chave de leitura e interpretação para a o contexto da atual conjuntura política no Brasil – voltada às orientações da extrema direita no país – que remonta ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), seguido da assunção do governo interino de Michel Temer¹ (MDB) e culminando com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) – isso tudo num curto espaço de tempo, em torno de quatro anos.²

¹ Michel Temer assume a presidência por ter sido o vice na chapa de Dilma Rousseff, após o Congresso Nacional (deputados federais e senadores da República) ter pautado, votado e aprovado o *impeachment* da então presidente para continuar no cargo, sob acusação de ter feito uso de créditos suplementares sem a devida autorização do Congresso – as chamadas “pedaladas fiscais”.

² Em um trabalho ainda inédito, Yurgel Caldas e Marcelo Lachat – ao tratarem do verbete “Anti-Obscurantismo” para o *Dicionário dos Antis*, publicação dirigida por José Eduardo Franco, Lisboa: Imprensa Nacional) – consideram um panorama atualizado do governo Bolsonaro nos seguintes termos: “Nesse contexto contemporâneo em que assistimos à ascensão dos ideais ditos “de (extrema) direita”, podemos tomar o Obscurantismo como a crença inabalável de que a Religião (notadamente, as monoteístas como a cristã e a muçulmana) pode e deve ser utilizada como forma de controle social, sobrepondo-se às demandas democráticas, sociais e republicanas. A criação de barreiras à produção e à circulação do chamado “livre pensamento” torna-se uma prática desse tipo de pensamento obscurantista, em que o conhecimento

Não é escopo deste trabalho analisar e estabelecer um juízo crítico sobre a conjuntura nacional, do ponto de vista político-partidário; tampouco discutir ideologias de classe no lugar de uma proposta de artigo que tem como foco a análise do conto “Tempos insanos”. Mas vale a pena aqui fazer um exercício de interpretação sobre uma onda ultraconservadora que tem varrido corações e mentes no Brasil, nesses últimos cinco anos. E o cenário de rearranjos em que se encontra a atual configuração do Congresso Nacional é parte dessa geografia. Afora as bancadas evangélica, ruralista e policialesca (jocosamente chamadas de Eixo BBB, donde temos “Bíblia”, “Boi” e “Bala” como objetos referenciais de interesse de cada uma das bancadas), eis que surge, com uma força que não surpreende – dada essa “onda ultraconservadora” –, a “Escola Sem Partido”, que possui como *slogan* “Educação sem doutrinação”.

Pobremente assentado no objetivo de combater “a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários”³, o projeto da “Escola Sem Partido”, na verdade, reconfigura a malfadada Lei da Mordada, ao proibir professores de promoverem o debate de cunho político em sala de aula, mesmo dentro do planejamento didático a partir de elementos que as próprias disciplinas oferecem. O retorno da patrulha ideológica que quer impor a “Escola Sem Partido” atinge frontalmente valores tão caros ao princípio democrático, como justiça e liberdade, sobretudo a de expressão, conquistados a duras penas após uma longa ditadura empresarial-militar que grassou no Brasil por cerca de vinte anos, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980.

É curioso verificar como o sentido de controle é importante para pautar as ações da “Escola Sem Partido”. Como exemplo dessa paranoia, vejamos como o livro didático, para a tal proposta, deve ser abordado:

Não é fácil saber o que acontece dentro de uma sala de aula. A doutrinação, em geral, não deixa rastros a não ser na cabeça das pessoas. Por isso, é

científico, produzido e divulgado nas universidades e nos centros de pesquisa, por exemplo, são alvos de ataque do pensamento fundamentalista, o qual é pragmática e historicamente relacionado ao Obscurantismo – movimento que infelizmente tem ganhado bastante força no Ocidente, com a ascensão dos valores excludentes, preconceituosos e elitistas ligados à ‘direita’”. Essa abordagem chama atenção para o perigo real que representa a introdução cada vez maior de orientações religiosas no campo das decisões políticas de governos de extrema direita, como o de Jair Bolsonaro.

³ Disponível em <http://www.escolasempartido.org/objetivos> [acesso em 23/07/2016].

importante conhecer o conteúdo dos livros didáticos, pois eles constituem um forte indício do enfoque adotado pelos professores em suas aulas⁴.

Qual a leitura que se pode fazer da assertiva acima, no atual contexto de perdas de conquistas sociais significativas, a não ser que a intenção da “Escola Sem Partido” passa pela necessidade do controle do que acontece na sala de aula, a partir do posicionamento político do(a) professor(a)? Assim, cabe outra pergunta: como trabalhar os textos de cunho crítico e literário, por exemplo, sem passar por uma ampla e necessária análise da sociedade de seu tempo, incluindo aí o panorama político de determinada época e suas articulações temporais? Impossível, na “Escola Sem Partido”⁵.

Alegoria política em “Os tempos insanos”

O termo grego *allegoría* remete ao fato de “dizer alguma coisa diferente do sentido literal”, a partir do verbete do *Dicionário de termos literários*, de Carlos Ceia. Assim, uma “alegoria” constitui a representação de uma coisa para dar a ideia de outra por meio de uma conclusão moral. Geralmente entendida como uma “metáfora ampliada”, a alegoria é um importante recurso retórico e dos mais utilizados ao longo dos tempos, conforme aponta o referido verbete. Na mesma linha, a “alegoria”, para Hansen (2006, p. 7), provém do “grego *allós* – outro; *agourein* – falar”. Assim, a alegoria pode estar presente tanto no ato de “falar alegoricamente’ [no caso dos poetas] quanto ‘interpretar alegoricamente’ [o discurso crítico, por exemplo]” (HANSEN, 2006, p. 8).

⁴ Disponível em <http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos?start=6> (consulta em 22/10/2018).

⁵ Em artigo publicado no site do jornal El País, José Ruy Lozano e Flora Bender Garcia perguntam no título: “O que seria da literatura numa ‘escola sem partido’?” (disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/20/opinion/1469018989_707134.html?id_externo_rsoc=F_B_CM). Por outro lado, é importante destacar que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal encaminhou, em 22 de julho de 2016, ao Congresso Nacional em Brasília uma nota técnica considerando o Projeto de Lei 867/2015 (e sua proposta de “Escola Sem Partido”) inconstitucional e “subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela que é fornecida pelos pais, e, com isso, os espaços público e privado. Impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88.”

Para Freitas (2014, p. 259), a “alegoria”, a partir do contexto do Renascimento na cultura europeia, “a técnica alegórica adota a liberdade artística de submeter-se aos diversos procedimentos da invenção engenhosa do artista e, portanto, alegoria é beneficiada como método de interpretação e construção artística”.

Como já indicamos anteriormente neste trabalho, a alegoria presente no conto “Os tempos insanos” – ou melhor, a forma alegórica como interpretamos a leitura do conto – permite interpretar o estado político atual do Brasil, o qual se deixa representar em uma narrativa que só é possível por conta da necessidade que existe no narrador em informar o personagem Mundico sobre o estado das coisas, o que se dá apenas por meio de uma carta cuja escritura é sempre interrompida e reiniciada a seguir: “Caro amigo, perdoe-me por não mandar ainda esta carta sempre interrompida e interminável” (CANTO, 1995, p. 25) – dá o sinal ao leitor, quase ao final do conto, de que se trata, na verdade, de uma única carta a ser escrita pelo narrador do conto ao seu amigo⁶. “Os tempos insanos” gira em torno dos escritos do personagem-narrador do conto – um ex-guerrilheiro – para seu amigo Mundico, receptor das cartas:

Desde que voltei da guerra, inconsciente, sem saber se venci e maltrapilho, foi difícil conseguir emprego. Virei ladrão. Eu, herói condecorado, mas civil e ladrão. O roubo era perigoso e se constituía crime mortal, mesmo assim nunca fui pego porque aprendera a lutar para sobreviver na guerra (CANTO, 1995, p. 20-21).

A citação acima apresenta um personagem anônimo que, ao final do período militar, escreve uma série de nove cartas para Mundico, as quais compõem um panorama da sociedade em que o missivista vive, um misto de resgate temporal do período que compreende a ditadura militar no Brasil (1964-1984) e o tempo futuro em que se passa a narrativa das cartas – muito avante em relação ao tempo da escritura do próprio conto⁷.

⁶ Para melhor situar o/a leitor/a em nosso estudo do conto de Fernando Canto, achamos por bem tratar como “cartas” separadas o que na verdade são as tentativas de reescritura de uma única peça do missivista para seu amigo Mundico. Assim, tratamos o conto como se fosse dividido em nove cartas, sabendo que se trata de uma única carta que, como indicamos, é sempre interrompida na sua escritura e reiniciada quando for possível. Esse movimento também indica a condição clandestina do sujeito que escreve, o qual não pode ser descoberto, pois ele é considerado um inimigo do regime totalitário.

⁷ O referido conto oferece ao leitor algumas passagens que consolidam um tempo futuro como lugar da narrativa. É o caso da terceira carta, que se ocupa em narrar a Grande Festa (releitura

Observa-se, ainda na citação da carta, que a escassez de emprego revela uma economia em profunda decadência – consoante com o tempo de escritura do conto (início dos anos 1990), o qual marca um período de recessão econômica dez anos após o fim do regime militar no Brasil. É nesse contexto de dificuldades sociais, políticas e econômicas que se impõe a ordem da escritura, como uma espécie de necessidade de denúncia de determinado período: “Mesmo sem tempo para escrever e meio surdo pelo barulho vindo lá de fora, hoje, enfim, resolvi iniciar esta e lhe contar o que está acontecendo, talvez como registro desse tempo insano” (CANTO, 1995, p. 7).

Com relação ao espaço físico da narrativa das cartas, a alegoria trata da cidade de Belém, na época do Círio de Nazaré, considerando uma sociedade de controle que busca na religião um método de manutenção do poder secular. Os insanos tempos revelados pelas cartas ao personagem Mundico apresentam, na verdade, uma espécie de espelho da sociedade atual (projeção alegórica do espaço atual no futuro), governada por um grupo que se diz liberal na economia (mas na verdade tem se mostrado cada vez mais entreguista, oferecendo as riquezas do país ao capital estrangeiro de diversas maneiras, sendo as privatizações dos bens públicos uma delas) e tradicional nos costumes (mas que, de fato, representa setores ultraconservadores da sociedade, contra a discussão sobre a legalização do aborto, mas a favor da diminuição da maioria penal e do armamento dos cidadãos⁸).

futurista do Círio de Nazaré, uma das maiores festividades católicas do Brasil e da América Latina, que ocorre em Belém do Pará, sempre no segundo domingo do mês de outubro), dando conta a Mundico das últimas atualizações no rito da festa, como se vê na sequência das três cartas seguintes (a quarta, a quinta e a sexta). A quinta carta, por exemplo, inicia com o narrador informando a Mundico sobre a velocidade das mudanças no rito da festa a cada ano que passa: “O manto da Santa Amada, não sei se você sabe, agora é confeccionado pelas mulheres dos governantes. [...] A tradição foi quebrada por força da Lei Departamental ao delegar essa tarefa à primeira-dama e às mulheres dos capitães de Divisão (denominação equivalente hoje aos antigos secretários de estado)” (CANTO, 1995, p. 14). Mais a seguir, na mesma carta, a descrição da Grande Festa religiosa ganha contornos de denúncia social com direito a crítica em relação à forma de atuação política que impõe os desejos ditatoriais para o controle da sociedade, que não aceita o debate, a diversidade de ideias e opiniões e impõe os valores unitários das elites: “Tudo ou quase tudo mudou por Decreto após a *Revolução Separatista* ou *Secessão Brasiliensis*, como dizem alguns historiadores” (*Id. Ibid*).

⁸ O Decreto 9.785, de 07 de maio de 2019 (publicado no Diário Oficial da União na edição de 22 de maio de 2019), regulamenta a Lei 10-826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe “sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”. Em votação na Comissão de Constituição e Justiça do

E assim se pronuncia o missivista – entre o estado lamentável e obscuro das coisas e a necessidade de mostrá-las nas cartas: “Olha, é difícil para mim falar de tantas agruras num lugar onde tudo é inopinado, como lâmina a se movimentar no escuro e a cortar meu coração cheio de saudade” (CANTO, 1995, p. 7). Tais experiências malfadas causam no escritor das cartas tão profundo desgosto e aflição que se torna uma tarefa penosa entender e explicar o tempo em que se vive, seja ele ao final da ditadura militar, no início dos anos 1990 ou após a assunção de Jair Bolsonaro à presidência da República.

Desencanto do sujeito e representação coletiva: os efeitos do neopentecostalismo e os limites da democracia representativa na carta a Mundico

Nesse contexto de desencanto do sujeito em relação ao modelo de representatividade política nos poderes executivos e legislativos na experiência brasileira após a redemocratização, surge o relato que expressa certa sensação de impotência (e até mesmo sujeição) do representado (cidadão e, por extensão, eleitores e população) em relação ao seu representante (político), mesmo no regime democrático, que, nesse caso, não consegue se livrar de vícios históricos como a compra de votos e várias formas de fraudar eleições livres:

Olha *brother*, não há nada de novo nesta afirmação, mas considero verdade que todo governante é tirano no limite de sua sanidade. Na medida em que extrapola esse limite, torna-se um deus impregnado de poderes, que o leva a fazer parte da História. Mas sua glória é ou será efêmera, ainda que o mérito de ter sido eficaz durante todo o tempo de seu mandato. Este é o papel do tirano, desse modelo abrasível da escória humana (CANTO, 1995, p. 11).

Senado Federal, o decreto (disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-armas-decreto-9797-21-maio-2019.pdf>) que tem como relator Marcos do Val, senador pelo Cidadania (o sucessor do PPS) do Espírito Santo, foi rejeitado por 15 votos a 9 dos senadores da referida comissão. Após a comissão se ver obrigada a votar e aprovar o voto em separado do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), é este o texto que segue para votação no plenário do Senado, com profundas alterações em relação ao decreto original, o que representa uma dura derrota ao governo de Jair Bolsonaro (cf. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/senado-derruba-parecer-favoravel-a-decreto-que-flexibiliza-porte-de-arma.shtml>) Acesso em 12/06/2019.

Se, por um lado, vemos o desencanto do amigo de Mundico, acerca da estrutura política brasileira – presente na própria expressão “os tempos insanos” –, o mesmo conto é capaz de revelar um enorme apego ao poder. Esse encantamento pelo poder advindo de cargos políticos de grande expressão; as benesses da lei, quase sempre a favor dos detentores do poder; o desprezo pelas pautas de movimentos populares e sociais; as muitas formas de enriquecimento ilícito (em sociedades igualitárias, existiria “enriquecimento lícito”?) promovidas pelas engrenagens que articulam poder, cargo, influência e subordinação (como espectro do controle das massas) no horizonte de perpetuação desse mesmo poder nas mãos de poucos grupos da elite econômica e política no Brasil – tudo isso forja o contexto da narrativa presente nas cartas a Mundico e determina, de certo modo, a atual conjuntura de falta de perspectiva para a economia, para a política e para a sociedade em busca de uma ordem civilizatória no esforço para a redução das desigualdades.

Nas cartas, vemos sempre a religião e seus círculos de poder exercendo cada vez mais influência no Estado, que se transforma, no conto – não por encanto, mas por decreto – de laico a teocrático⁹. Esse é o movimento que o governo Bolsonaro tem feito: ao se aproximar de líderes religiosos, sobretudo, do neopentecostalismo de algumas igrejas evangélicas, e negligenciando outras vertentes de lideranças religiosas, como o próprio Catolicismo e as religiões de matriz africana presentes no Brasil, Bolsonaro abre um perigoso canal que pode facilitar a defesa e a permanência de uma pauta eminentemente moral em detrimento de demandas sociais, administrativas e políticas. Dessa forma, o exercício do poder acaba se tornando, em tais circunstâncias, uma prática do culto ao personalismo tirânico, levada às últimas consequências, pois que é comparável ao dogma sobre o qual não se deve sequer suspeitar, muito menos discutir, pois não se configura como objeto de saber, mas apenas de um culto às cegas, sem reflexão nem crítica: “Acho eu, nenhum governante em tempo ou lugar algum do planeta impediu por livre

⁹ O presidente Bolsonaro tem defendido publicamente a presença de um ministro evangélico na mais alta corte judiciária do Brasil, o STF (Supremo Tribunal Federal). Voltamos a lembrar que o Brasil é um país laico e tal defesa feita pelo presidente constitui um ato inconstitucional, dos tantos que ele tem cometido em sua gestão desastrosa à frente do poder executivo do país.

vontade que o narcisismo tomasse conta de suas faculdades mentais. Adoram o fato de serem adorados” (CANTO, 1995, p. 11).

Algumas passagens do conto revelam o perigo que a promiscuidade na relação de diferentes esferas, como a política e a religião, pode provocar no tecido social, já historicamente esgarçado pelo atendimento aos desejos das elites, na manutenção de seus privilégios históricos, e pela desconsideração das demandas sociais e populares, configurando um espaço em que o poder ideal que emanaria do povo (conforme os ditames da Constituição Federal de 1988 – pós-ditadura militar), na realidade se materializa na presença do estado mínimo, onde valores e serviços públicos como educação, saúde e segurança tem estado cada vez mais próximos de um processo amplo e perigoso de privatização dos serviços públicos, antes um direito do povo e agora e no futuro, um privilégio de quem poderá por eles pagar, e não será barato. O custo desse movimento à privatização, tocado pelo culto ao estado mínimo – que é a retirada dos serviços essenciais para os cidadãos, como educação e saúde, para deixá-los nas mãos da iniciativa privada (que cobrará por tais serviços) – será sobretudo social, redundando na condição de fala do missivista de “Tempos insanos”: um sujeito desempregado (portanto, aliado do mercado de trabalho) e perseguido pelo Estado que é, por isso mesmo, denunciado como tirânico.

Nesse contexto, o narrador mostra a Mundico os métodos de estabelecimento, alcance e manutenção do poder nas mãos de grupos religiosos:

Convém lhe dizer que essa religião ganhou e consolidou seu espaço junto ao povo porque feriu, atacou e esfacelou dezenas de seitas pentecostalistas e místicas ao longo dos anos [...] a oportunista Chiesa-í vive de mãos dadas com o poder de forma acintosa. E não se trata de falar assim por mero moralismo. É a revolta me batendo por ver a História correr com um rio e a gente aqui sem forças para desviar a água. Para você ter uma ideia, cnicamente alguns dignitários são homenageados com comendas criadas especialmente para eles (CANTO, 1995, p. 11).

“Os tempos insanos” retrata também a situação de clandestinidade na qual o narrador passa a viver, que é o contexto das cartas escritas, interrompidas e retomadas, que compõem o conto. Tal clandestinidade, diga-se, pode explicar o fato de as cartas serem sempre interrompidas sem que

fosse o desejo de seu escritor – imagina-se que tais interrupções na escrita do material ao amigo Mundico (interlocutor solitário das agruras do missivista) poderiam render ao remetente punições tais como a tortura e até a morte, da mesma maneira como ocorreu no regime militar no Brasil¹⁰ e em alguns países da América do Sul, como Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile¹¹.

No conto, a nova ordem de um estado neopentecostalista dos “catolicistas puros” é formada por grupos que “influenciam o Governo a decretar leis terríveis. Até mesmo seus prosélitos são penalizados ao final dos meses por suas transgressões” (CANTO, 1995, p. 22) - como resultado nefasto do consórcio entre a política e a religião, temos a emergência e a consolidação de uma elite que se resumia aos Católicos Puros. É bom que se diga que o narrador se mostra um sujeito extremamente religioso – tanto que ele leva uma sequência de seis “cartas” (portanto, cerca de dois terços do conto) se preocupando em relatar ao amigo as mudanças ocorridas no rito da Grande Festa (o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, santa de quem o missivista é fervoroso devoto). Além disso, o amigo de Mundico se diz, na quarta “carta”, um profundo admirador da Santa, a tal ponto de confessar: “Pelo seu espírito de luz eu levito, me desdobro, me quintessencio” (CANTO, 1995, p. 12).

No entanto, uma vez que o narrador não fazia parte dos Católicos Puros, ele procurou associar-se a um grupo qualquer que lhe pudesse dar suporte em suas ações. Mas qual seriam elas, senão apenas informar ao amigo Mundico as mudanças ocorridas no ritual da Grande Festa? No afã de reportar essa festa religiosa, a qual passa a ser mais um desfile de poder e vaidades, o narrador torna-se assim um herege, passando a ser alvo de um processo sumário de julgamento e condenação, e podendo se tornar mais um dos tantos exemplos de grupos e pessoas que sofreram severas punições por se

¹⁰ *O Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* – publicação de 1995 – contabiliza dezenas de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 (golpe militar que depôs o então presidente João Goulart) e 1983 (no final do último governo militar, de João Figueiredo, quando a última morte na vigência da ditadura é registrada). Cf. <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>. Acesso em 12/06/2019.

¹¹ A Operação Condor foi uma rede de conexões entre as ditaduras militares em países do cone sul, incluindo o Brasil, que teve o suporte do governo norte-americano no combate ao comunismo na América do Sul. O saldo dessa operação foi milhares de pessoas presas ilegalmente, torturadas, exiladas e mortas.

posicionarem contra os ditames do atual governo, baseado em preceitos não republicanos, tampouco democráticos – para não dizer despóticos, tudo com base na pauta moral de conduta ideal para uma sociedade de controle. Assim, antes da escritura da carta a Mundico, o narrador relata sua experiência naquilo que se assemelha ao contexto de uma guerrilha urbana, que afinal não estava assim tão distante do contexto da própria escritura da carta:

Três dias após nossa prisão fomos julgados e condenados em praça pública [...] Aí os verdugos amarelos nos puseram de joelhos sobre uma longarina de ferro semelhante a um trilho e cortaram nossas pernas. Não houve dor ou medo entre nós, apenas um estranho sentimento misto de impotência e revolta (CANTO, 1995, p. 23).

Os julgamentos de rito sumário, a partir do trecho acima, parecem fazer parte do cumprimento da justiça (ou “justiçamento”¹²) naquela sociedade. Expor o culpado “em praça pública”, por si só, é um ato que remonta à prática comum da justiça divina praticada pelos homens da lei no período medieval, e que perdurou na Europa até a Revolução Francesa (1789), quando a Aristocracia, enquanto bastião do elitismo antigo e medieval, finalmente deu seus últimos suspiros. A humilhação e a degradação humana nesse processo, sem direito à defesa e ao contraditório, ganha contornos trágicos quando é narrada a tortura, que culmina com a amputação das pernas de quem se coloca contrário ao regime descrito no conto: uma *ditadura teocrático-militar*.

Mas a relação entre as elites religiosa e política talvez não tivesse tanto sucesso se elas não fossem costuradas e operadas pelas forças judiciárias e policiais, que se mostram fundamentais para a configuração do poder, sobretudo num regime de exceção como é sempre uma ditadura. Esse parece ser a conjuntura que ocupa, no momento da escritura deste artigo, boa parte do debate público sobre a atual democracia brasileira, que começa a botar em xeque a imparcialidade da famigerada Operação Lava Jato – considerada a maior força-tarefa contra a corrupção no Brasil. No centro desse debate estão

¹² Conceito que evoca a prática de tortura e morte de pessoas e/ou grupos detidos e considerados inimigos dos agentes oficiais do Estado que, por extensão, representam o próprio Estado.

os limites constitucionais e éticos da atuação de juízes e procuradores da referida operação¹³.

Em boa parte do conto, o narrador-missivista se preocupa em narrar a Mundico, conforme já indicamos, o Círio de Nazaré, que passa a ser uma atração turística baseada numa espécie de espetáculo da cidade que, por sua vez, é controlada pela elite política e econômica de uma Belém futurista: “Certo ano fizeram cair de dentro de um heliomóvel–mãe, em para-quedas de tecido invisível, 800 anjinhos de todas as cores sobre a massa humana. O espetáculo agradou sobre tudo aos turistas” (CANTO, 1995, p. 17).

O amigo de Mundico – a voz crítica de uma sociedade, no fundo, adoecida pela elitização dos bens culturais, como o principal festejo religioso – dá conta do que o Círio se tornara: um verdadeiro espetáculo voltado apenas para as famílias abastadas e poderosas, deixando então de ser a festa popular

¹³ No dia 10 de junho de 2019, o site *The Intercept Brasil* (<https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/> [acesso em 17/06/2019]) começou a publicar uma série de reportagens sobre diálogos vazados de um grupo de mensagens instantâneas pela Internet, envolvendo o então juiz Sergio Moro (atual ministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro) e procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal do Paraná, como Deltan Dallagnol, nas quais, em resumo, o então juiz Moro, durante os anos de 2015, 2016 e 2017, “colabora” com a procuradoria no sentido de determinar o *modus operandi* da Operação Lava Jato para que alguns réus fossem condenados por corrupção, ferindo o princípio constitucional da imparcialidade e o próprio Código de Ética da Magistratura (<http://www.cnj.jus.br/publicacoes/codigo-de-etica-da-magistratura> [acesso em 17/06/2019]). Como resultado disso, tivemos a prisão do ex-presidente Lula em 2018, alijando-o da corrida presidencial em que era pré-candidato pelo PT e liderava as pesquisas de intenção de voto. No final, Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito no segundo turno, derrotando a candidatura de Fernando Haddad (PT). Com a eleição de Bolsonaro, Sergio Moro deixou sua função na força-tarefa da Lava Jato para assumir o Ministério da Justiça, com grande apoio popular ainda no início de seu mandato, o qual agora está sob o manto da suspeita tendo como uma espécie de “pagamento” e “reconhecimento” pelos serviços prestados na Lava Jato o poderoso cargo de Ministro de Estado. No entanto, Moro e os procuradores da Lava Jato sofrem, muito a partir das publicações dos diálogos entre Moro e os procuradores da Lava Jato pelo *site The Intercept Brasil*, terrível desgaste com a mesma opinião pública que os apoiava incondicionalmente; tanto que Moro já enfrenta sérios abalos na sua reputação de herói nacional na luta contra a corrupção: houve uma solicitação do PDT no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que o atual ministro sofresse um processo administrativo disciplinar, mas a solicitação foi arquivada pelo corregedor nacional de Justiça, o ministro Humberto Martins, em razão da “falta de interesse processual, por inexistir utilidade/necessidade/adequação na pretensão deduzida, que, portanto, não pode ter seguimento” (<https://www.conjur.com.br/2019-jun-11/cnj-arquiva-representacao-moro-mensagens-dallagnol> [acesso em 17/06/2019]). Até o final da redação deste trabalho, haviam sido publicadas três reportagens de *The Intercept Brasil* sobre o tema, inclusive em parceria com veículos da chamada “grande mídia”, como os grupos *Band*, *Veja* e *Folha de S. Paulo*. Como parece existir vasto material acerca do mesmo assunto (as mensagens entre a acusação da Operação Lava Jato e o juiz Sergio Moro), não nos é possível dimensionar o peso de tais reportagens sobre a governabilidade de Bolsonaro, chefe do então ministro Sergio Moro, nem os reflexos para o andamento da própria Lava Jato, considerando inclusive a revisão de processos já julgados, como o do ex-presidente Lula.

tradicionalmente marcada pela participação de todas as classes sociais e todas as faixas de renda. E assim segue a exibição de poder por meio da descrição da Grande Festa (o Círio), excluindo definitivamente os pobres de acompanharem a procissão, já que os óculos especiais são itens obrigatórios para a segurança dos fieis, e são “caríssimos”:

Nos dias de hoje a Santa é levada em um andor descomunal, cheio de flores, projetado por luzes artificiais internas e intensificadas na medida em que a imagem se aproxima do Lar Basílica. As luzes são tão fortes que ali só a vê bem quem usa os óculos especiais pluridimensionais para não correr o risco de atrofiar a visão. A imagem da Santa se transforma do início ao fim da procissão com efeito especial de raios lêseres e de arte visual holográfico. Os óculos especiais a bateria solar são frágeis e caríssimos (CANTO, 1995, p. 15-16).

A descrição acima sugere, mesmo que sutilmente, uma ordem que pode ser representada pela presença de um discurso militarizado, demonstrado pela Corporação Militar do Departamento do Estado – da qual fazem parte os “urubus-laranjas” e os “amarelinhos” – representam as ações do poder repressor policialesco naquela sociedade futurista do conto “Os tempos insanos”, que termina com a agonia do missivista: “Putá que pariu! Acho que fui descoberto pelos urubus-laranjas. *Help!* Os amarelinhos estão vindo. Eu os vejo pela janela. Posso ser preso a qualquer momento” (CANTO, 1995, p. 25). Mas trata-se também de um futuro que repete o passado, considerando que a ditadura militar como regime de exceção, conforme mostramos no início deste trabalho, remonta ao período em que os militares estiveram no poder político no Brasil (1964-1984). Nesse contexto, o estado do Amapá também foi palco de muitos conflitos ideológicos durante a ditadura, a qual, por sua vez, promoveu diversas formas de perseguições políticas, elegendo a Fortaleza de São José de Macapá como um dos principais locais utilizados como prisão para “subversivos” e “inimigos do Estado” – um “calabouço de loucos e bêbados”¹⁴.

¹⁴ Para Canto & Silva (2018, p. 301), essa é a configuração que ganha o interior da fortaleza de São José de Macapá, no contexto da instauração do regime militar em 1964. Assim, a fortaleza serviu de local de detenção de suspeitos a partir da instauração de comissões militares de investigação contra pessoas e grupos considerados comunistas ou suspeitas de serem contrárias ao regime.

Sobre as ideias suicidas do missivista: entre a luta e a morte

No conto de Fernando Canto, ficam claras que as referências à fé do narrador-missivista na Virgem de Nazaré ajudam-no a não levar a cabo suas ideias suicidas. Logo na primeira “carta”, o narrador expressa sua condição: “Eu estou indo, me arrastando neste vale de adrenalina, sempre pensando na morte, nas coisas que deixei de fazer e querendo-e-não-querendo me matar. É que os acontecimentos às vezes me induzem a esse desatino” (CANTO, 1995, p. 7).

Ao final da oitava “carta”, antes da última tentativa (nona “carta”) de continuar escrevendo a peça, portanto, com a narrativa já se encaminhando para o seu final, o narrador volta a expressar seu desejo de morte: “Estou triste, *my friend*. Bate novamente em mim a paradoxal ideia de suicídio. Ideia do asno, pois tenho que” (CANTO, 1995, p. 25), momento em que a escrita é suspensa para ser retomada a seguir, informando a clara possibilidade de descoberta do narrador, do conteúdo de seus escritos e do destinatário: “Nem a Virgem Santa desta vez vai me” (CANTO, 1995, p. 25), desespera-se o missivista antes de rogar proteção à Virgem de Nazaré, interrompendo pela última vez sua carta ao caro amigo, o que dá um fim melancólico ao conto.

Mas também não podemos deixar de apontar que a permanência da Ciência – como expressão de resistência numa sociedade obscurantista – exerce fundamental influência para a sobrevivência do narrador, que teima em apresentar o estado atual daquela sociedade ao amigo ausente, Mundico. Assim, “depois das notícias sobre as últimas descobertas científicas que aqui chegam para mim clandestinas. Elas vêm para dirimir minhas dúvidas e proporcionar alguma certeza, tirar meus pensamentos doentios de suicídio” (CANTO, 1995, p. 8).

Num governo decididamente voltado ao obscurantismo de crenças cristãs – que nada têm a ver com a vida republicana e com a democracia que marca uma sociedade laica, civilizada e baseada em valores de cunho científico os quais transcendem as orientações de culto e seus ritos particulares – notadamente evangélicas, a sociedade de controle mostrada em “Os tempos insanos” parece ser a desejada por Jair Bolsonaro e seu grupo de apoio, que

infelizmente possui ainda uma vasta rede de suporte, em que pesem as trapalhadas do governo, a perda vertiginosa de popularidade do presidente da república e algumas derrotas marcantes em votações no Congresso Nacional. Talvez seja o caso de pensar que boa parte da sociedade brasileira – elitista, excludente, machista, misógina, violenta e preconceituosa – esteve apenas esperando sua pauta de valores entrar no discurso de um “salvador” (o Messias) para ser, finalmente, guindada ao poder, na condição de se sentir representada no poder executivo pelo presidente da república.

É justamente o que ocorrer no contexto da eleição de Bolsonaro, cujo governo tem demonstrado inequivocamente uma prática de solapamento da construção científica no Brasil, com ataques a estudos baseados em pesquisas sérias em diversas áreas; com o ataque do próprio MEC à educação pública, gratuita e de qualidade para todos os seus cidadãos, o que deságua nos severos cortes de investimento nessa área – que, aliás, ensejou uma sequência de manifestações pelo Brasil, que culminaram com dias de paralisações durante os meses de maio e junho de 2019; com o aparelhamento de ministérios como o do Meio Ambiente (cujo titular da pasta é Ricardo Salles) e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (na pessoa de Damaris Alves), no sentido de aplicar um discurso e uma prática baseados em valores cristãos tradicionais mais do que em estudos para combater o desmatamento (Meio Ambiente) e a violência contra a comunidade LGBTQ (Mulher, Família e Direitos Humanos). Nesses exemplo, temos o abandono da Ciência como norte para políticas públicas no Brasil e o apego à moral e aos bons costumes, expressão de uma ordem colonial patriarcal e extremamente elitista.

Ainda como paralelo à situação atual da política brasileira a partir da assunção de Bolsonaro ao poder executivo do Brasil, temos um governo que, dentre outras pautas bastante questionáveis do ponto de vista social, e até irrelevantes – como acabar com a tomada de três pontas; liberar o visto de entrada para cidadãos norte-americanos, canadenses, australianos e japoneses, sem a contrapartida a cidadãos brasileiros como visitantes aqueles países; retirar a obrigatoriedade do transporte adequado de bebês e crianças em carros, para ficar apenas nestes exemplos esdrúxulos das “grandes preocupações” do governo – se arvora em apagar a história de luta da

educação, de seu povo e da própria política nacional. Assim, estamos diante de um governo obscurantista que defende a planura da Terra e se alinha ao que de mais retrógrado existe em História, pautando muitas de suas ações ao bel-prazer de um autoproclamado astrólogo, filósofo e intelectual, que age como um ideólogo do governo Bolsonaro¹⁵, mas que não passa de um sujeito excêntrico, desbocado e extremamente vaidoso, que se ufana de suas ideias tresloucadas as quais possuem ampla divulgação e até certa adoração por setores do atual governo.

As ideias suicidas do missivista de “Os tempos insanos” surgem obviamente de sua história de luta contra um sistema que, ao final, vencera e exerce o poder numa sociedade de controle – esse contexto promove a permanência do suicídio como um fantasma assombrando o amigo de Mundico, que se tornara ladrão num ambiente extremamente hostil ao diálogo e à diversidade – lembrando bem o contexto bolsonarista. Sendo muito religioso, o narrador se apega a sua crença na santa, mesmo que pra ele o atual rito do Círio seja mais um desfile de luxo e vaidades do que um puro ato de fé, como antigamente. Assim, temos o estado fragilizado do narrador (tristeza), que se encontra com o desejo de morte talvez como uma resposta final ao seu profundo sofrimento, como vimos no início do conto, referente à primeira carta ao amigo Mundico.

A questão que fica para nós é pensar se o narrado no conto de Fernando Canto é apenas fruto da imaginação ficcional do autor ou uma realidade cada vez mais próxima de nós, considerando o contexto de estado de exceção em que a narrativa se dá: uma cidade controlada pela elite religiosa e política, na qual seus cidadãos são mais súditos de um tirano do que sujeitos livres para pensarem individualmente, agirem coletivamente e produzirem em comunidade na busca de melhores condições de vida para todos. Entretanto, a realidade do conto é outra, como se vê na primeira “carta” em que o informante começa a colocar Mundico a par do estado das coisas: “É que por aqui os dias passam como se andássemos de mãos atadas em uma estrada cheia de

¹⁵ Representante do pensamento ultraconservador no Brasil, Olavo de Carvalho é considerado um pensador bastante influente no governo de Jair Bolsonaro, tendo provocado mal estar por suas declarações contra, por exemplo, a ala militar do mesmo governo.

buracos, sob olhares vigilantes de *rottweillers*” (CANTO, 1995, p. 7). Aqui, a sociedade de controle se esforça em reduzir o cidadão a uma condição monolítica, na qual não se pode sair do que lhe está programado (obediência às regras) sob pena de punição, como a captura, a tortura e até a morte.

Considerações finais: um futuro que repete o passado

O conto “Os tempos insanos”, de Fernando Canto, ao ser futurista (narrado num tempo futuro ao da escrita e da publicação da referida obra, no ano de 1995), revela-se como curiosa chave de leitura para a interpretação dos reais tempos insanos promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro, desde que assume a chefia do executivo. Infelizmente, ainda temos mais três anos e meio desse pesadelo democrático e institucional que se instalou no Brasil, a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no decurso de 2016, retratado no filme documentário dirigido por Petra Costa (*Democracia em vertigem* [2019]). Ao tentar resgatar o ambiente ditatorial dos *anos de chumbo*¹⁶ no Brasil (1968-1974), o escritor Fernando Canto acaba por nos oferecer uma porta de entrada ao presente (futuro talvez inimaginável em meados dos anos 1990). E assim, o que seria possível apenas no campo da ficção, acaba por se descortinar aos nossos olhos, que vislumbram atônitos o afastamento de uma civilização em detrimento de perigosas aproximações com o fascismo e o nazismo, acenado diversas vezes por Jair Bolsonaro e seu grupo de apoio – incluindo aí a poderosa bancada da Bíblia, composta por deputados e senadores evangélicos, mas não só.

Nesse jogo entre o passado e o futuro da narrativa de “Os tempos insanos”, é o presente quem mais assusta, mas também nos ensina a agir estética e politicamente. Estabelecer o tempo em que a narrativa do conto de Fernando Canto é apresentada – a partir de um movimento constante de leitura entre o passado tenebroso do golpe militar de 1964 até os movimentos de

¹⁶ Recorte temporal que marca a publicação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968 (durante o governo de Costa e Silva) – cerceando direitos como liberdade de expressão e de livre manifestação – e se estende até o decurso do governo de Emilio Médici (entre os anos de 1969 e 1974). Pare muitos historiadores, esse é o período mais sangrento da Ditadura Militar no Brasil.

redemocratização no Brasil, e o avanço temporal no exercício de ficção em que o ritual do Círio de Nazaré sofre severas mudanças, com a introdução de uma espécie de realidade alternativa – não seria, ao nosso ver, o aspecto mais importante de “Os tempos insanos”. Nesse caso, o que mais chama atenção é a capacidade que esse conto possui, tendo sido publicado em 1995, de revelar o panorama social que se instala no país, sobretudo, a partir da chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república – isso não se dá pelos vários elementos futuristas do conto (metrô na cidade de Belém; imagens holográficas da Virgem de Nazaré e óculos especiais para suportar a carga poderosa de raios, emitida durante toda a procissão do Círio), mas pelo desenho de uma sociedade de controle que se torna, portanto, uma triste e perigosa alegoria do Brasil real a partir de 2019.

Por fim, a análise do conto “Os tempos insanos” abre o leque de percepção do leitor e cidadão sobre uma sociedade controlada tanto política como religiosamente por uma elite fundamentalista, preconceituosa e entreguista, levando-nos a observar esse quadro fantástico da atualidade brasileira, ainda que tenha sido um conto publicado há quase 25 anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 9.785, de 07 de maio de 2019. Regulamenta a Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003. *Diário Oficial da União*. Brasília: 22 de maio de 2019.

CANTO, Fernando. *O Bálsamo e outros contos insanos*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

CANTO, Fernando; SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. “Literatura e memória: a Fortaleza de São José de Macapá no contexto da Ditadura Militar em Macapá (1964-1973). Em *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 49, n. 2, jul.-out., 2018, p. 299-341.

CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em edtl.fcsh.unl.pt

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa; roteiro: Petra Costa. Moara Passoni, Carol Pires; David Barker; produção: Joanna Natasegara, Shane Boris, Tiago Pavan. Netflix, 2019.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>.

ESCOLA sem partido. Disponível em <https://www.programaescolasempartido.org>

FREITAS, Jorge de. Considerações sobre a alegoria, a partir de João Adolfo Hansen em *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. *Revista Versatele*, Curitiba, vol. 2, n. 3, jul.-dez.2014, p. 249-260.

GREENWALD, Gleen; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro”. Em <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria, construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LOSANO, José Ruy; GARCIA, Flora Bender. “O que seria da literatura numa escola sem partido?” Em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/20/opinion/1469018989_707134.html?id_externo_rsoc=FB_CM).